TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação
Av. Raja Gabáglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185

CÂMARA MUNICIPAL
ESPERA FELIZ - MG
ENTRADA
26/06/2023

Câmara Municipal de Espera Feliz - MG

Ofício n.: 10241/2023
Processo n.: 1120482

Belo Horizonte, 14 de julho de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor
Rômolo Quintão Donadio
Presidente da Câmara Municipal de Espera Feliz

Senhor Presidente,

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.ª que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 09/05/2023, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 17/05/2023.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do ***Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP***, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Respeitosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE
Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br
Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público-SIMP, ligar para (31) 3348-2196

GPM

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo nº.:	**1120482**
Natureza:	**PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**
Relator:	**CONS. JOSÉ ALVES VIANA**
Competência:	**PRIMEIRA CÂMARA**
Motivo:	**DISTRIBUIÇÃO AO RELATOR**
Data/Hora:	**19/07/2022 21:19:23**

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.

PROCESSO Nº: 1120482
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ
EXERCÍCIO: 2021

Ao Ministério Público junto ao Tribunal,

Encaminho os autos para **manifestação conclusiva,** nos termos regimentais.

Após, conclusos.

Tribunal de Contas, em 26/1/2023.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA
Relator

sbg

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo nº.:	**1120482**
Natureza:	**PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**
Relator Anterior:	**CONS. JOSÉ ALVES VIANA**
Competência Anterior:	**PRIMEIRA CÂMARA**
Relator Atual:	**CONS. JOSÉ ALVES VIANA**
Competência Atual:	**SEGUNDA CÂMARA**
Motivo:	**MUDANÇA DE COLEGIADO**
Data/Hora:	**15/02/2023 18:08:30**

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.

Requerimento n.: 33/2023
Autos n.: 1.120.482
Natureza: Prestação de Contas do Município de Espera Feliz
Exercício: 2021
Responsáveis: Romolo Quintão Donadio (período de 01/01/2021 a 30/06/2021)
Oziel Gomes da Silva (período de 01/07/2021 a 31/12/2021)
Entrada no MPC: 26/01/2023

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

1. Tratam os presentes autos da prestação de contas do exercício de 2021 do Município acima mencionado, enviada a esta Corte de Contas por meio do sistema disponibilizado pelo Tribunal de Contas, o SICOM (Sistema Informatizado de Contas do Município).

2. A unidade técnica, em seu exame inicial, concluiu pela **aprovação das contas** considerando os itens estabelecidos por meio da Ordem de Serviço n. 01, de 17 de janeiro de 2022, entre os quais se encontra o cumprimento do índice constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento de ensino e o acompanhamento do cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação.

3. No caso em análise, o município cumpriu o percentual mínimo constitucional da educação, mas, no que se refere às metas do PNE, o relatório chegou à seguinte conclusão:

METAS PNE	SITUAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021
Meta 1-A: Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (100%)	**86,38%**
Meta 1-B: Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024	**20,58%**
Meta 18: Observância do piso salarial nacional profissional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal n. 11.738, de 2008.	**Não observa**

Fonte: Censo Escolar (INEP), Datasus e base de dados do TCE-MG.

4. Com relação à meta 1 do PNE, o art. 208, inciso IV, da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 53/2006, enuncia que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

idade. Significa dizer que a Constituição garante a toda criança brasileira o direito público subjetivo à educação infantil.

5. Por sua vez, o art. 208, inciso I, da CR/88, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 59/2009, tornou a educação básica obrigatória a partir dos 4 anos de idade, ou seja, a partir da pré-escola:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos **4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade**, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

6. A Emenda Constitucional n. 59 remonta ao ano de 2009, mas inseriu uma obrigação constitucional de fazer com prazo de cumprimento progressivo, isto é, a universalização do acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola deveria ser implementado até 2016. De acordo com o art. 6º da EC n. 59/2009:

> Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

7. Percebe-se na Constituição da República, com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 53/2006 e 59/2009, na parte destinada à educação, um contínuo processo de aquisição evolutiva, especialmente na educação infantil, agora incorporada à educação básica.

8. **Passados 5 anos do prazo final fixado pela Constituição**, não se pode mais tolerar que entes municipais, responsáveis pela educação básica infantil por força do art. 211, §2º da CR/88, continuem descumprindo um direito fundamental básico das crianças na 1ª infância, em franco desrespeito ao art. 208, inciso I, da CR/88 c/c art. 6º da EC n. 59/2009, normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.

9. De fato, os dispositivos constitucionais mencionados representam fator de limitação da discricionariedade política-administrativa dos entes municipais. Significa dizer que a oferta de educação pública, especialmente a educação infantil, não se submete a juízo simples de conveniência e mera oportunidade, sob pena comprometimento de maneira irreversível da eficácia desse direito fundamental.

10. É evidente, pois, a absoluta prioridade estabelecida no texto constitucional à política pública de educação, de modo que o planejamento orçamentário deve assegurar o cumprimento do direito por meio de dotações específicas.

11. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.008.166, reafirmou sua jurisprudência e fixou a seguinte tese no **tema 548 da repercussão geral**:

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

> 1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

12. A Corte de Contas mineira, desde a Ordem de Serviço Conjunta n. 01/2018, que estabeleceu o escopo das prestações de contas do exercício de 2017, vem expedindo recomendações aos municípios para que envidem esforços para o cumprimento do PNE, especialmente a meta 1, referente à educação infantil.

13. Contudo, esse órgão ministerial entende que é preciso avançar nessa atuação do controle externo, dado, repita-se, **o decurso do prazo de 5 anos para cumprimento de uma obrigação absolutamente prioritária no contexto da sociedade brasileira.**

14. Por isso, se defende que o dever de gasto mínimo em educação não se resume a aplicar formalmente os percentuais da receita de impostos e transferências previstos no *caput* do art. 212 da CR/88, devendo, na forma do §3º do citado dispositivo constitucional, igualmente assegurar a prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, à garantia do padrão de qualidade e à equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação, previsto no art. 214 da Constituição.

15. No artigo intitulado "Gasto mínimo em educação deve ser planejado e cumprido à luz do PNE", Élida Graziane Pinto e Valdecir Pascoal alertaram, ainda no ano de 2015:

> Retomamos que a Constituição de 1988 impõe, como conteúdo material das atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino para fins do art. 212, um conjunto de obrigações normativas de fazer fixadas temporalmente por meio dos princípios substantivos do art. 206 e das metas inscritas no Plano Nacional de Educação de que trata o art. 214.
>
> Esta é a razão pela qual sustentamos que não se trata de mera aferição contábil-matemática a análise acerca do dever de aplicação dos patamares mínimos de gasto em MDE previstos no art. 212 da Constituição de 1988, bem como da aplicação dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB, a que se refere o art. 60 do ADCT.
>
> (...)
>
> Levar o direito à educação a sério, como bem diria Ronald Dworkin, **é interpretá-lo sistemicamente em um ordenamento hígido e íntegro que impõe obrigações substantivas a serem asseguradas mediante um dever procedimental de gasto mínimo nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.** (sem grifos no original)

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

16. Destarte, a Constituição da República deve ser interpretada sistematicamente, pois o próprio texto constitucional identifica expressamente o conteúdo material do percentual mínimo a ser destinado às atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino a partir das obrigações de fazer contidas nos princípios do art. 206, nas garantias do art. 208 e no art. 214, que prevê a elaboração do plano nacional de educação (atualmente Lei Federal n. 13.005/2014) e repete o objetivo de universalização do atendimento escolar.

17. Conclui-se que a análise do cumprimento do art. 212 da CR/88 deve considerar não somente o aspecto quantitativo (percentual mínimo), mas, também, o qualitativo (cumprimento das obrigações de fazer mencionadas, das quais se destaca a universalização da educação infantil).

18. Assim, considerando o decurso de lapso temporal de 5 anos desde o prazo final para o cumprimento da meta 1-A do PNE, conjugada com as inúmeras e sucessivas recomendações da Corte de Contas mineira aos municípios para que se planejassem adequadamente a fim de cumprir a referida meta, o Ministério Público de Contas entende que os **gestores municipais devem ser citados para apresentarem esclarecimentos sobre o descumprimento da meta 1-A, que deve ser lido como descumprimento do próprio art. 212 da CR/88.**

19. Ante o exposto, **o Ministério Público de Contas requer**:

a) seja determinada a citação dos gestores responsáveis para, querendo, apresentarem esclarecimentos em relação ao descumprimento da meta 1-A do PNE, qual seja, universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;

b) oportunamente, após o reexame do órgão técnico, o retorno dos autos, para emissão de parecer conclusivo.

Belo Horizonte, 29 de março de 2023.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas

(Assinado digitalmente)

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Nor

PROCESSO: **1120482**
NATUREZA: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL**
ÓRGÃO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ**

Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,

Em relação ao **requerimento** constante à fl. 4 da peça n. 28, apesar de concordar totalmente com a argumentação posta, entendo **não ser justa nem oportuna** a citação do Prefeito Municipal, pelas seguintes razões:

1ª) A **impropriedade em epígrafe não integra o escopo** considerado na emissão de parecer prévio, nos termos do disposto no art. 2º da Ordem de Serviço Conjunta n. 01/2022, diretriz para o exame da Prestação de Contas Anual (PCA) do Chefe do Poder Executivo Municipal relativa ao exercício de 2021; **e**

2ª) Já foram emitidos vários pareceres prévio relativos a 2021 em que tal impropriedade não foi objeto de abertura de vista, mas apenas de Recomendação, devendo ser **assegurada a isonomia de tratamento aos jurisdicionados** por esta Corte.

Isto posto, **remeto os autos para emissão do parecer conclusivo** nos termos regimentais.

Tribunal de Contas, em 03/04/2023.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA
Relator

sro

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Nor

Parecer n.:	465/2023
Processo n.:	1.120.482
Natureza:	Prestação de Contas Anual
Exercício:	2021
Jurisdicionado:	Município de Espera Feliz
Responsável:	Romolo Quintão Donadio (período de 01/01/2021 a 30/06/2021) Oziel Gomes da Silva (período de 01/07/2021 a 31/12/2021)
Entrada no MPC:	04/04/2023

PARECER

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

1. Tratam os presentes autos da prestação de contas do exercício de 2021 do município acima mencionado, composta por dados autodeclarados pelo gestor e enviada ao Tribunal de Contas por meio do SICOM (Sistema Informatizado de Contas do Município).

2. Os dados foram analisados pelo órgão técnico, que não apontou irregularidades.

3. O Ministério Público de Contas requereu a citação do gestor responsável para apresentar esclarecimentos em relação ao descumprimento da meta 1-A do PNE, qual seja, universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

4. O relator indeferiu o requerimento ministerial e encaminhou os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva.

5. É o relatório, no essencial.

FUNDAMENTAÇÃO

6. A presente prestação de contas submete-se às diretrizes da Instrução Normativa TCE/MG n. 04/2017 e ao escopo estabelecido na Ordem de Serviço n. 01, de 17 de janeiro de 2022, que define os parâmetros fiscalizatórias e autoriza a aplicação de critérios de materialidade, risco e relevância na análise de créditos orçamentários.

7. Segundo a referida ordem de serviço, o processo de prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2021, será examinado com base no seguinte escopo: (i) índice constitucional relativo às ações e serviços públicos de saúde; (ii) índice constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento do ensino; (iii) limites de despesa com pessoal; (iv) limite de repasse de recursos ao Poder Legislativo; (v) abertura de créditos adicionais; (vi) execução dos créditos orçamentários e adicionais; (vii) recursos vinculados à finalidade específica; (viii) limite da dívida consolidada; (ix) limite de operações de créditos; (x) prazo para envio das informações necessárias à composição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM); (xi) relatório do controle interno.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão No

8. Com base na linha definida pelo Tribunal de Contas e nos dados autodeclarados pelo gestor, a unidade técnica **não encontrou irregularidades nos itens objeto da fiscalização**, razão pela qual concluiu pela aprovação das contas com fulcro no art. 45, inciso I, da LC n. 102/2008.

9. Apesar da regularidade apontada pelo órgão técnico nos itens objeto da fiscalização, o Ministério Público de Contas, diante do apontado descumprimento da meta 1-A do PNE, requereu a citação do gestor para apresentar suas justificativas, o que fora indeferido pelo relator sob entendimento que tal item não integra o escopo de análise das prestações de contas anuais.

10. Diante disso, dado o escopo reduzido do presente processo de controle, não resta opção a este órgão ministerial a não ser acompanhar o estudo realizado pela unidade técnica, opinando pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas com as recomendações de praxe ao final deste parecer.

11. Contudo, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento das atividades de controle desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a procuradora signatária apresenta, nesta oportunidade, uma proposta de integração da meta 1-A do Plano Nacional de Educação ao escopo das prestações de contas do exercício 2023 em diante, conforme se passa a discorrer:

Proposta de integração da meta 1-A do Plano Nacional de Educação ao escopo das prestações de contas do exercício de 2023 em diante

12. Na esteira dos esforços empreendidos pela Corte de Contas mineira para controlar qualitativamente o gasto educacional tendo como norte as metas e estratégias traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE – Lei Federal n. 13.005, de 25/06/2014), a Ordem de Serviço Conjunta TCE/MG n. 01/2022, embora mantenha o "escopo" reduzido de análise da prestação de contas anual, consigna expressamente em seu art. 2º que *"o Tribunal, no âmbito do processo de prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício de 2021, acompanhará o cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014"*.

13. De fato, a educação infantil (meta 1) e a valorização dos profissionais da educação básica (meta 18) são consideradas por muitos especialistas os aspectos mais prioritários e importantes do PNE, o que justifica o acompanhamento dessas metas no bojo do processo de prestação de contas anual, tendo em vista a possibilidade dos Tribunais de Contas atuarem não apenas de forma repressiva, mas, sobretudo, pedagógica, contribuindo para a qualificação do planejamento e do gasto em educação, cumprindo, assim, papel indutor decisivo na melhoria da educação pública.

14. Com relação à meta 1 do PNE, o art. 208, inciso IV, da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 53/2006, enuncia que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Significa dizer que a Constituição garante a toda criança brasileira o direito público subjetivo à educação infantil.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

15. Por sua vez, o art. 208, inciso I, da CR/88, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 59/2009, tornou a educação básica obrigatória a partir dos 4 anos de idade, ou seja, a partir da pré-escola:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos **4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade**, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

16. A Emenda Constitucional n. 59 remonta ao ano de 2009, mas inseriu uma obrigação constitucional de fazer com prazo de cumprimento progressivo, isto é, a universalização do acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola deveria ser implementado até 2016. De acordo com o art. 6º da EC n. 59/2009:

> Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

17. Percebe-se na Constituição da República, com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 53/2006 e 59/2009, na parte destinada à educação, um contínuo processo de aquisição evolutiva, especialmente na educação infantil, agora incorporada à educação básica.

18. **Ocorre que, passados mais de 6 (seis) anos do prazo final fixado pela Constituição, não se pode mais tolerar que entes municipais, responsáveis pela educação básica infantil por força do art. 211, §2º da CR/88, continuem descumprindo um direito fundamental básico das crianças na 1ª infância**, em franco desrespeito ao art. 208, inciso I, da CR/88 c/c art. 6º da EC n. 59/2009, normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.

19. De fato, os dispositivos constitucionais mencionados representam fator de limitação da discricionariedade política-administrativa dos entes municipais. Significa dizer que a oferta de educação pública, especialmente a educação infantil, não se submete a juízo simples de conveniência e mera oportunidade, sob pena comprometimento de maneira irreversível da eficácia desse direito fundamental.

20. É evidente, pois, a absoluta prioridade estabelecida no texto constitucional à política pública de educação, de modo que o planejamento orçamentário deve assegurar o cumprimento do direito por meio de dotações específicas.

21. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.008.166, reafirmou sua jurisprudência e fixou a seguinte tese no **tema 548 da repercussão geral**:

> 1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

> crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

22. Não se desconhece que a Corte de Contas mineira vem envidando esforços para a indução dos entes municipais na melhoria da política pública educacional, mormente no cumprimento do Plano Nacional de Educação e suas metas.

23. Incialmente, inspirado nas recomendações de fiscalização elaboradas por grupo de trabalho criado pela ATRICON e do Instituto Rui Barbosa, por meio da Portaria Conjunta 01/2016[1], o Tribunal de Contas de Minas Gerais lançou no primeiro semestre do ano de 2017 o projeto **"Na Ponta do Lápis"**, amplamente divulgado em todo o Estado, reunindo diversas ações fiscalizatórias sobre os recursos públicos empregados na educação, especialmente aqueles empregados na execução dos planos municipais/estadual de educação.

24. Muito além do controle contábil-matemático, a Corte de Contas pretendia, com o projeto de fiscalização "Na Ponta do Lápis", fiscalizar a qualidade do gasto na educação, por meio de diversas ações, como recomendações, orientações, levantamento de dados, auditorias de conformidade, auditorias operacionais, encontros técnicos em cidades do interior, prioridade nos processos que envolvam a temática, etc. Em outras palavras, buscar qualificar o gasto educacional.

25. A partir da Ordem de Serviço Conjunta n. 01/2018, que estabeleceu o escopo das prestações de contas do exercício de 2017, a Corte de Contas mineira passou a acompanhar de perto o cumprimento das metas 1 e 18 do PNE e expedir recomendações aos municípios nesse sentido. Desde então, a mesma sistemática vem sendo adotada na emissão de parecer prévio das contas de governo, ano após ano. Em muitos casos, contudo, o Tribunal de Contas acompanha o "descumprimento" das metas, uma vez que as recomendações são ignoradas pelos gestores porque desprovidas de força coercitiva.

26. Por essa razão, esse órgão ministerial entende que é **preciso que o controle externo avance em sua atuação para passar a considerar o cumprimento da meta 1-A do PNE como fator determinante para emissão de parecer prévio pela aprovação das contas de governo,** dado, repita-se, o decurso de mais de 6 (seis) anos

---

[1]Grupo de trabalho criado com o objetivo de propor medidas para implementação das diretrizes traçadas na resolução ATRICON n. 3/2015 e avaliar a qualidade do gasto e a execução dos planos de educação em todo o país. De acordo com o relatório final apresentado pelo Grupo de Trabalho ATRICON/IRB, "para garantir maior efetividade às decisões dos Tribunais de Contas, com a possibilidade de impor multa pelo não atendimento às suas determinações quanto ao tema da educação, torna-se imprescindível incluir o não atingimento às Metas do PNE como ocorrência passível de ensejar a emissão de juízo pela desaprovação das contas".

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

para cumprimento de uma obrigação absolutamente prioritária no contexto da sociedade brasileira.

27. Por isso, se defende que o dever de gasto mínimo em educação não se resume a aplicar formalmente os percentuais da receita de impostos e transferências previstos no *caput* do art. 212 da CR/88, devendo, na forma do §3º do citado dispositivo constitucional, igualmente assegurar a prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, à garantia do padrão de qualidade e à equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação, previsto no art. 214 da Constituição.

28. Sobre o tema, é preciso destacar que o art. 70 do texto constitucional estabeleceu parâmetros de controle para o exercício da atividade de controle externo, quais sejam, **legalidade, legitimidade e economicidade**[2]. Ora, como considerar legítimo um gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino se ele não atendeu a parte substantiva do comando constitucional, que obriga os entes municipais a universalizar a educação infantil, prioridade de qualquer sociedade que se pretenda desenvolvida ou em desenvolvimento?

29. Neste ponto, Ricardo Schneider Rodrigues[3] destaca que tanto a doutrina nacional como internacional assinalam a importância da observação desses parâmetros de controle na apreciação das contas de governo e de gestão, especialmente a legitimidade e economicidade dos gastos. Em suas palavras:

> Diversos autores admitem a possibilidade de utilização dos três referidos parâmetros de controle por ocasião da emissão de parecer prévio ou de julgamento pelos Tribunais de Contas. Lucas Furtado destaca que tanto a legitimidade - compreendida como plena observância do ordenamento jurídico, submetendo ao controle a avaliação a partir de todos os preceitos e princípios constitucionais, quanto a moralidade, impessoalidade, a razoabilidade, a segurança jurídica etc. – quanto a economicidade – a abranger a efetividade, a eficácia e a eficiência – podem ser consideradas por ocasião do julgamento das contas, Caldas Furtado assinala que diante de um gasto público ilegítimo, a Corte poderia emitir parecer prévio pela rejeição das contas ou, se for o caso de contas de gestão, julgá-las irregulares e aplicar multa, além de imputar débito, caso exista dano ao erário, e representar ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral.
>
> (...) Moreira Neto chegava a defender que o Tribunal de Contas, ao exercer as atribuições de emissão de parecer prévio e de julgamento previstas nos incisos I e II do art. 71 da Constituição, exercia uma função combinada *técnica e política*. Em suas palavras, "[...] nele se institui uma

[2] Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

[3] RODRIGUES, Ricardo Schneider. Os Tribunais de Contas e o Mínimo em Educação Fundamentos para uma Atuação Forte. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 322-325, 330.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

> claríssima competência autônoma do Tribunal de Contas para apreciar não apenas a legalidade e a economicidade das Contas do Chefe do Poder Executivo, como se estende a legitimidade [..]"
>
> Freitas, analogamente, defende que o princípio da legitimidade, em matéria de controle sistemático da governança pública, prescreve o dever de cuidar da perspectiva substancial, ultrapassando-se as aparências da mera *regularidade formal.*
>
> (...)
>
> Conforme assinala Bugarin, no exame da economicidade dos atos públicos de gestão, não se deve considerar mais o mérito como empecilho à atuação do controle externo, especialmente nas hipóteses em que for possível diante do universo fático, determinar de forma *racional* e *fundamentada* qual a alternativa que melhor atende ao interesse público.
>
> É nesse sentido, de uma *legalidade substancial,* que Costa defende, à luz da Constituição portuguesa, um controle mais *amplo* a ser exercido pelo Tribunal de Contas, pautado pelo *dever de boa Administração,* rechaçando a separação estrita entre a legalidade e mérito, sem, todavia, eliminar por completo a discricionariedade. Para o autor, essa legalidade deve abranger a avaliação da utilidade social alcançada pela atividade financeira (*value for Money*), bem como a avaliação do mérito da gestão segundo critérios de *economia, eficiência e eficácia*. Esse conceito de legalidade substancial seria, a seu ver, coerente com os fundamentos da Constituição portuguesa e seus princípios. Com efeito assinala, "uma compreensão *restrita* da legalidade financeira contribui, em larga medida, para 'desarmar' os Tribunais de Contas na luta que, nos termos constitucionais, devem travar contra má utilização dos recursos públicos".

30. Obviamente que, constatando o órgão técnico o descumprimento da meta 1-A, e este fazendo parte do escopo de análise das prestações de contas anuais, o gestor deverá ser citado para apresentar suas justificativas, que devem ser controladas também pelo crivo da legitimidade e economicidade pelo Tribunal de Contas. Mais uma vez, o mencionado autor faz importantes reflexões:[4]

> De forma concreta, é possível desenvolver alguns exemplos relacionados ao mínimo existencial em educação, para demonstrar as possibilidades de um juízo de legitimidade e de economicidade pelos Tribunais de Contas em relação à competência de julgamento.
>
> Há parâmetros objetivos estipulados no Plano Nacional de Educação, relacionados ao acesso à *educação básica*, que, como visto, integram o mínimo existencial em educação. A Meta 1 estabelece que, até 2016,

[4] *Idem*, p. 331-333.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

> deveria estar universalizado o acesso à educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos. Dados apresentados no início deste trabalho apontam para o não cumprimento dessa meta em diversos Municípios brasileiros. O PNE, por sua vez, estabelece o dever de consignar, nas normas orçamentárias (PPA, LDO e LOA) dos respectivos entes da federação, dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE, viabilizando sua *plena* execução (art. 10, PNE). A Constituição estabelece competir aos Municípios a atuação prioritária na educação infantil e no ensino fundamental (art. 211, §3º, CR)
>
> Neste cenário, após ouvir o gestor, sendo-lhe facultada a possibilidade de justificar eventual *descumprimento* da referida meta, ou até a *regressão* dos indicadores de acesso na referida etapa de ensino na respectiva localidade, e levando em consideração seus argumentos, não competiria aos Tribunais de Contas, no exercício de suas competências de julgamento (e emissão de parecer prévio), avaliar, ao final, *a legitimidade* das escolhas orçamentárias e financeiras levadas ao cabo? Seria, de plano, inconstitucional utilizar o parâmetro de legitimidade no controle das escolhas públicas diretamente relacionadas com a concreção do mínimo existencial em educação, em procedimento pautado pela ampla defesa e contraditório, a partir de dados técnicos e objetivos que sigam as novas exigências impostas pela LINDB? Não se pode afirmar, a partir da Constituição e da legislação correlata, existir um grau de vinculação expressivo em favor de escolhas relacionadas ao mínimo existencial em educação, se comparada com outras espécies de despesas, tais como aquelas dedicadas aos festejos momescos ou juninos ou, ainda, com a publicidade institucional meramente laudatória da gestão pública?
>
> (...) De igual modo observa-se quanto à economicidade. A opção por políticas públicas, ainda que aparentemente "legais", mas francamente antieconômicas, que comprometam o orçamento público, num ambiente onde o mínimo existencial em educação não logrou alcançar a concretude exigida pela Constituição, não parece estar ao alcance do gestor. Mais do que isso, estas devem pautar análise do controle externo por ocasião do julgamento de contas – e da emissão de parecer prévio -, sempre com observância do contraditório e da ampla defesa, ouvindo e levando em conta a justificativa apresentada pelo administrador, ao final, decidindo a partir de *argumentos técnicos e objetivos*, sem espaço para voluntarismo.

31. Destarte, a Constituição da República deve ser interpretada sistematicamente, pois o próprio texto constitucional identifica expressamente o conteúdo material do percentual mínimo a ser destinado às atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino a partir das obrigações de fazer contidas nos princípios do art. 206, nas garantias do art. 208 e no art. 214, que prevê a elaboração do plano nacional de educação (atualmente Lei Federal n. 13.005/2014) e repete o objetivo de universalização do atendimento escolar.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norma

32. Conclui-se que a análise do cumprimento do art. 212 da CR/88 deve considerar não somente o aspecto quantitativo (percentual mínimo), mas, também, o qualitativo (cumprimento das obrigações de fazer mencionadas, das quais se destaca a universalização da educação infantil).

33. Não se pode esquecer que a própria Constituição da República prevê a **responsabilização da autoridade competente pelo não-oferecimento do ensino obrigatório**, como é o caso da educação infantil para crianças de 4 e 5 anos, veja-se:

> Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> (...) §2º: O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

34. Por fim, em artigo, o conselheiro do TCM-GO Fabrício Motta faz importante provocação em artigo publicado no jornal *Estadão* sob o título "O que podemos fazer pela educação", em que analisa estudo que concluiu que o Brasil perde dois pontos percentuais no Produto Interno Bruto (PIB) pela má qualidade da educação. Em suas palavras:

> Esse cenário foi bem apresentado e aprofundado em reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicada no início de março e cujo título é instigante: "Quanto o Brasil seria mais rico se tivesse ensino de país desenvolvido?" Foi nesse questionamento que pensei ao formular a pergunta que apresenta essas reflexões. **Não tenho dúvida de que o país poderia avançar muito na qualidade do ensino se o tema fosse prioridade em qualquer órgão público, inclusive naqueles nos quais, em primeiro momento, essa ideia pareça fora de lugar.** Importante lembrar que a educação de qualidade é direito fundamental e que a Constituição consagra compromissos firmes no assunto, inclusive no que se refere ao financiamento da educação[5].

35. Assim, no sentir deste órgão ministerial, o momento é adequado para evoluir no controle do cumprimento do mínimo constitucional da educação, de modo que, no mínimo, a meta 1-A do PNE, isto é, a universalização da educação infantil de crianças de 4 e 5 anos, passe a integrar a análise do percentual de educação, e, por conseguinte, compor o escopo das prestações de contas de governo anual.

CONCLUSÃO

36. Conclui-se, portanto, que, sob a ótica normativa atualmente vigente neste Tribunal de Contas, **não foram verificadas irregularidades nas contas prestadas pelo gestor**

[5] Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/o-que-podemos-fazer-pela-educacao/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento. Acesso em 14 de março de 2023.

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

público. Ressalte-se, todavia, que qualquer outro ponto da execução orçamentária, financeira e patrimonial poderá ensejar outras ações de controle deste Tribunal.

37. Ante o exposto, com fulcro nos dados lançados no sistema SICOM pelo próprio agente responsável e na análise feita pelo órgão técnico deste Tribunal, **o Ministério Público de Contas OPINA pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas municipais**, nos termos do art. 45, inciso I, da Lei Orgânica do TCE/MG.

38. Igualmente, opina **pela expedição de recomendação**, no bojo do parecer prévio desta prestação de contas de governo, para que o **Município** se planeje adequadamente, visando ao cumprimento das metas 1-A, 1-B e 18 do PNE, que se referem à expansão de vagas na pré-escola e creche e ao pagamento do piso salarial nacional profissional, tudo com fulcro no art. 206, inciso VIII, no art. 208, inciso IV, da Constituição da República c/c Lei Federal n. 13.005/2014 (PNE) e Lei n. 11.738/2008; (ii) realize a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola pelas mais diversas razões, em cumprimento aos art. 206, inciso I e art. 208, §2º da CR/88 e à Lei Federal n. 13.005/2014.

39. Por fim, **requer apreciação da proposta ora apresentada pelo órgão competente do Tribunal de Contas mineiro**, com a inclusão do cumprimento da meta 1-A do PNE no escopo das prestações de contas de governo municipais.

40. É o parecer.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2023.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas

(Assinado digitalmente)

Av. Raja Gabaglia 1315, 5º andar - Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP 30380-435 - www.mpc.mg.gov.br

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro José Alves Viana

Gab. Cons. José Alves Viana
FL. _____

Processo:	**1120482**
Natureza:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL**
Procedência:	Prefeitura Municipal de ESPERA FELIZ
Exercício:	2021
Responsáveis:	Rômolo Quintão Donádio (período:1/1 a 30/6/2021)
	Oziel Gomes da Silva (período:1/7/ a 31/12/2021)
MPTC:	Cristina Melo
RELATOR:	**CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA**

À Secretaria da 2ª Câmara,

Incluir em pauta.

Tribunal de Contas, em 26/4/2023.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA

Relator

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

Processo: **1120482**

Natureza: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Procedência: Prefeitura Municipal de Espera Feliz

Exercício: 2021

Responsáveis: Rômolo Quintão Donádio (1/1 a 30/6/2021) e Oziel Gomes da Silva (1/7 a 31/12/2021)

MPTC: Procuradora Cristina Andrade Melo

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA

SEGUNDA CÂMARA – 9/5/2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. ABERTURA E EXECUÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS. REGULARIDADE. ÍNDICES E LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO. APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. DESPESAS COM PESSOAL. RECOMENDAÇÃO. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA. OPERAÇÕES DE CRÉDITO. RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO. ATENDIMENTO. METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RECOMENDAÇÕES. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL. EFETIVA. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Emite-se Parecer Prévio pela aprovação das contas constatada a regularidade na abertura e execução dos Créditos Orçamentários e Adicionais, bem como o atendimento aos índices e limites constitucionais relativos ao repasse de recursos ao Legislativo, à aplicação mínima dos recursos na Saúde e no Ensino e às Despesas com Pessoal.

2 - A edição de decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis contraria o disposto no inciso I do art. 50 da Lei Complementar n. 101/2000, bem como o parecer exarado na Consulta TCEMG n. 932477/14.

3. As Despesas com Ensino/Saúde devem ser escrituradas nas respectivas contas-correntes bancárias específicas, identificadas de forma individualizada por fonte, conforme estabelecido na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 c/c art. 3º da INTC 2/2021 e §§ 1º e 2º do art. 2º e art. 8º da INTC 19/2008, respectivamente.

4. As despesas classificadas nas naturezas 3.3.90.36 e 3.3.90.39, quando relacionadas à substituição de servidores públicos, devem ser computadas no cálculo da Despesa Total com Pessoal, conforme disposto no art. 18, §1º da Lei Complementar n. 101/2000.

5. Em atenção às disposições contidas na Lei Federal n. 13.005/2014, devem ser adotadas providências para viabilizar a universalização da Educação Infantil para as crianças de 4 a 5 anos de idade, a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final de 2024, bem como a implementação do Piso Nacional da Educação Básica Nacional, objetivando o cumprimento das Metas 1-A, 1-B e 18, respectivamente.

6. O IEGM do Munícipio posiciona-se na Faixa "B", indicando a efetividade das políticas e atividades públicas nas dimensões de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, deliberam os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

I) emitir **PARECER PRÉVIO** pela aprovação das contas anuais de responsabilidade dos Srs. Rômolo Quintão Donádio e Oziel Gomes da Silva, Prefeitos Municipais de Espera Feliz, nos períodos de 1/1 a 30/6/2021 e 1/7 a 31/12/2021, respectivamente, com fundamento no disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 2008, e no inciso I do art. 240 da Resolução TC n. 12, de 2008;

II) cientificar o atual Prefeito Municipal da recomendação para a adoção das seguintes providências, caso persistam as impropriedades apuradas nos presentes autos:

a) alertar os responsáveis pelo setor de Contabilidade para a necessidade de observância aos procedimentos especificados nos Itens 1, 2, 3 e 4 bem como no Item 5;

b) envidar esforços para viabilizar a Universalização da Educação Infantil para as crianças de 4 a 5 anos de idade, objetivando o total cumprimento da Meta 1-A; a Ampliação da oferta de Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 (três) anos de idade, objetivando atingir 50% dessa população até 2024, em atendimento ao disposto na Meta 1-B; e a Implementação do Piso Nacional da Educação Básica Nacional para o pagamento dos respectivos Profissionais, objetivando o cumprimento da Meta 18, em atendimento às exigências estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE instituído por meio da Lei Federal n. 13.005/2014;

III) advertir que a inobservância das referidas Metas poderá ter reflexo no parecer prévio a ser emitido por esta Corte em análises futuras;

IV) determinar que os dados remanescentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município constantes da Prestação de Contas Anual, sejam disponibilizados à Diretoria de Controle Externo dos Municípios para fins de planejamento de auditorias e inspeções;

V) registrar que a presente manifestação desta Corte não impede a apreciação futura de atos de ordenamento de despesa do mesmo exercício, em virtude da denúncia de irregularidades ou da ação fiscalizadora do Tribunal em inspeções ou auditorias, cujo resultado poderá ensejar alteração dos índices e limites constitucionais/legais apurados nestes autos;

VI) determinar, cumpridas as disposições regimentais e findos os procedimentos previstos, o arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Mauri Torres e o Conselheiro Presidente Wanderley Ávila.

Presente à sessão o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães.

Plenário Governador Milton Campos, 9 de maio de 2023.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente

JOSÉ ALVES VIANA
Relator

(assinado digitalmente)

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
SEGUNDA CÂMARA – 9/5/2023

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

I – RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Espera Feliz relativa ao exercício de 2021.

A Unidade Técnica procedeu à análise inicial dos autos consubstanciada na peça n. 9, produzindo um documento dirigido aos Conselheiros, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, Vereadores e Sociedade (fls. 1/7), detalhado no Relatório de fls. 8/43, o qual não apontou irregularidades, não ensejando, portanto, a abertura de vista aos responsáveis, Srs. Rômolo Quintão Donádio e Oziel Gomes da Silva, Prefeitos Municipais nos períodos de 1/1 a 30/6 e 1/7 a 31/12/2021, respectivamente.

O Ministério Público junto ao Tribunal manifestou-se pela aprovação das contas às fls. 1/9 da peça n. 30.

É, em síntese, o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Considerando o disposto na Resolução TC n. 4/2009, INTC n. 4/2017 e Ordem de Serviço Conjunta n. 1/2022, alterada pela O.S. Conjunta n. 02/2022, bem como as informações constantes do **"Relatório de Conclusão da Análise" - peça n. 9,** para fins de emissão de parecer prévio, destaco a seguir:

Dispositivo	Exigido	Apurado
1. Créditos Adicionais (fls. 9/14)	Atendimento ao inciso V do art. 167 da CR/88 e arts. 42, 43 e 59 da Lei Federal n. 4.320/64	**Atendido** (Vide Item 1)
2. Repasse ao Poder Legislativo (fl. 15)	**Máximo de 7%** do somatório dos recursos previstos no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CR/88 (art. 29-A – CR/88)	**6,44%** (Vide Item 2)
3. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (fls. 16/22)	**Mínimo de 25%** dos Impostos e Transferências (art. 212 - CR/88)	**27,27%** (Vide Itens 3 e 4)
4. Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS (fls. 23/30)	**Mínimo de 15%** dos Impostos e Recursos (art. 77, III - ADCT/88), não havendo valor residual do exercício anterior a ser aplicado.	**25,00%** (Vide Itens 3 e 4)
5. Despesa Total com Pessoal (fls. 31/34)	**Máximo de 60%** da Receita Corrente Líquida (art. 19, III e art. 20, III, "a" e "b" da LC 101/2000), sendo:	**52,64%** (Vide Item 5)
	54% - Poder Executivo	**50,06%**
	6% - Poder Legislativo	**2,58%**
6. Dívida Consolidada Líquida (fls. 35/36)	**Máximo de 120%** da Receita Corr7ente Líquida (art. 30, I, da LC 101/2000 e art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal 40/2001)	**Atendido**
7. Operações de Crédito (fl. 37)	**Máximo de 16%** da Receita Corrente (art. 30, inciso I da LC 101/2000 e Art. 7º, inciso I, Res. SF 43/2001)	**Não houve**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

8. Controle Interno (fl. 38)	Encaminhamento do Relatório Anual nos termos da INTC 4/2017	**Atendido**
9. Plano Nacional de Educação - PNE (fls. 39/40)	**Cumprimento das Metas 1 e 18** estabelecidas pela Lei n. 13.005/2014	**Vide Item 9**
10. Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (fl. 41)	**Resultado:** IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima posicionado na Faixa **"B"** (efetiva)	**Vide Item 10**

Registro que **foram atendidas as exigências constitucionais** acima especificadas, considerando as ocorrências a seguir destacadas:

- **Item 1 – Créditos Adicionais**

Aponta a Unidade Técnica, às fls. 13/14 da peça n. 9, que detectou **a existência de Decretos de Alterações Orçamentárias que apresentaram acréscimos e reduções em fontes incompatíveis,** especificados no Relatório do Sicom *"Detalhamento das anulações e alterações de fontes de recursos incompatíveis"*- peça n. 22 em desacordo com a legislação de regência da matéria.

Neste sentido, registro que, com o advento da Lei Complementar n. 101/2000, a **escrituração/controle da disponibilidade de caixa de um ente público deve ser sempre por fonte, seja ela livre ou vinculada**, conforme dispõe o seu art. 50, inciso I, *verbis*:

> Art. 50 Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
> I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

Trazendo excerto da Consulta n. 932477, apreciada na Sessão do Tribunal Pleno de 19/11/2014, ressalto que

> O mecanismo utilizado para controle das destinações das fontes de recursos, com identificação de recursos vinculados e de recursos não vinculados constitui **metodologia que visa interligar todo o processo orçamentário-financeiro, com início na previsão da receita até a execução da despesa**. Isso confere a transparência no gasto público e o controle das fontes de financiamento das despesas. (Destaquei)

Isto posto, recomendo ao atual Prefeito Municipal de Espera Feliz que alerte o Setor de Contabilidade para a **observância estrita do controle da execução do Orçamento por fonte de recurso**, nos termos da referida Consulta, a qual discorre detalhadamente sobre a correta operacionalização relativa à abertura de Créditos Adicionais no curso da execução orçamentária.

- **Item 2 – Repasse ao Poder Legislativo**

Aponta a Unidade Técnica, à fl. 15 da peça n. 9, que apurou uma ***divergência*** *na informação prestada entre o valor devolvido pela Câmara e o valor recebido pela Prefeitura* – sendo considerado, nesta análise, o valor de numerário devolvido e informado pela Câmara Municipal no total de **R$63.385,57**. (destaquei)

Compulsando os autos, verifico que consta, na peça n. 24, o Relatório emitido pelo Sicom *"Relação de Extraorçamnentária"*, o qual especifica três **depósitos efetuados pela Câmara, nos meses de março, setembro e dezembro, na conta bancária da Prefeitura n. 3517/20-3.**

Dessa forma, demonstro abaixo o **resumo** do estudo técnico constante da fl. 15 da peça n. 9

Arrecadação Municipal no exercício anterior (base de cálculo)	**R$36.815.976,14**
Repasse Concedido	2.432.809,70

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

(-) Numerário devolvido	(-) 63.385,57
Total do Repasse em 2021	**R$2.369.424,13**
Percentual apurado	**6,44%**

Recomendo ao atual gestor que alerte o Setor de Contabilidade da Prefeitura acerca de tal ocorrência, pois deve ser preservada a **identidade** entre os valores constantes dos Demonstrativos dos dois Poderes que retratam o mesmo fato contábil, objetivando **assegurar a necessária fidedignidade dos dados** disponibilizados a este Tribunal.

Isto posto, adoto o estudo técnico como razão de decidir e concluo que o repasse de recursos ao Poder Legislativo correspondeu a **6,44%, evidenciando o cumprimento do disposto no inciso I do Caput c/c inciso I do §2º do artigo 29-A da CR/88.**

- **Itens 3 e 4 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**

Aponta a Unidade Técnica, às fls. 20 e 27 da peça n. 9 que, para pagamentos das **Despesas de Ensino, Fontes 101 e 201, e para as Despesas de Saúde, Fontes 102 e 202, com recursos próprios foram utilizadas as contas bancárias abaixo identificadas** – evidenciando a inobservância do disposto no inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 c/c art. 3º da INTC 2/2021 e §§ 1º e 2º do art. 2º e art. 8º da INTC 19/2008, respectivamente.

ENSINO – Fonte 101 **Contas bancárias n.s**	**SAÚDE – Fonte 102** **Contas bancárias n.s**
1.106-1 – BB-250 Educação	106-4 – CEF-10.020 FMS
3-3 – CEF-500 LIVRE	45.164-9 – BB-216 FMS
17.038-0 – BB-227 IPVA	17.038-0 – BB-227 IPVA
9.102-2 – BB-203 ITR	3-3 – CEF-500 LIVRE
	17.012-7 – BB-228 IPM IPI Exportação
	624.035-4 – CEF-10.199 Bloco Saúde
	13.960-2 – BB-209 SIMPLES

Acorde com a manifestação da Unidade Técnica, **recomendo ao atual Prefeito Municipal de Espera Feliz** que alerte o Setor de Contabilidade para que **proceda à correta escrituração das Despesas com Ensino/Saúde nas respectivas contas-correntes bancárias específicas**, conforme estabelecido na legislação acima referida.

- **Item 5 – Despesa Total com Pessoal**

Apontou a Unidade Técnica, à fl. 33 da peça n. 9, que o Município bem como os Poderes Legislativo e Executivo despenderam **52,64%, 2,58% e 50,06%** da Receita Corrente Líquida com a Despesa Total com Pessoal, evidenciando o cumprimento do estabelecido no art. 19, III e art. 20, inciso III, "*a*" e "*b*" da Lei Complementar n. 101/2000, ressaltando o seguinte:

> As **despesas** classificadas nas naturezas 3.3.90.36 (Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física) e 3.3.90.39 (Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), **quando relacionadas à substituição de servidores públicos, devem ser computadas na Despesa com Pessoal, conforme LRF, art. 18, §1º.** Ademais, de acordo com as **Consultas n. 898.330 c/c 838.498**, o fornecimento de plantões médicos e os recursos destinados ao pagamento dos profissionais contratados no âmbito municipal para atuar na Estratégia de Saúde da Família, independente da origem, integram o cômputo das despesas com pessoal. Dessa forma, **foi incluso, no demonstrativo de despesas com pessoal, o valor de R$117.253,75,** conforme relatório em anexo. [peça n. 19] (destaquei).

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

Adoto o estudo técnico como razão de decidir e **determino seja o atual Prefeito Municipal cientificado desta situação** e comunique o setor de Contabilidade para que proceda **à correta contabilização de tais despesas** em atendimento à referida legislação, **bem como que o percentual apurado nos presentes autos relativo à Despesa Total com Pessoal será o utilizado na emissão de Certidões** exigidas para a celebração de Convênios e a contratação de Operações de Crédito – e não o informado no Sicom.

Isto posto, concluo que **o Município bem como os Poderes Legislativo e Executivo de Espera Feliz despenderam 52,64%, 2,58% e 50,06% da Receita Corrente Líquida, respectivamente,** evidenciando o atendimento aos limites estabelecidos no art. 19, III e art. 20, III, "*a*" e "*b*" da LC 101/2000.

- **<u>Item 9</u> – Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18)**

A Lei Federal n. 13.005/2014 instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência por 10 anos, objetivando o cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição da República com redação dada pela Emenda Constitucional n. 59/2009.

De acordo com o disposto no art. 2º da Ordem de Serviço Conjunta TC n. 1/2022, a qual *estabelece o escopo para exame da prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo referente ao exercício de 2021,* **a Unidade Técnica procedeu ao acompanhamento das Metas 1 e 18**, com base nos dados lançados no Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação disponibilizado no Portal deste Tribunal -Menu *"Serviços"*- aba "TCEDUCA", concebido pelo Grupo de Trabalho Atricon – IRB.

= **META 1:**

A) Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade

Informa a Unidade Técnica, à fl. 39 da peça n. 9, que, da população de 668 crianças entre 4 a 5 anos de idade, **577 foram matriculadas**, evidenciando o **cumprimento de 86,28% da referida Meta.**

Recomendo ao atual Prefeito Municipal que adote políticas públicas que viabilizem o total cumprimento da Meta 1 do PNE, em observância ao disposto na Lei n. 13.005/2014.

B) Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos **até o final da vigência deste PNE (2024).**

Informa a Unidade Técnica, às fls. 39/40 da peça n. 9, que, da população de 1.249 crianças entre 0 a 3 anos de idade, **257 foram matriculadas**, perfazendo o percentual de **20,58% do contingente.**

Considerando que o prazo final para cumprimento desta Meta é **2024**, **recomendo ao atual Prefeito** que agilize as providências destinadas à efetivação das matrículas das crianças desta faixa etária.

= **META 18** – Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c art. 2º da Lei Federal n. 11.738/2008.

Informa a Unidade Técnica, à fl. 40 da peça n. 9, que **o valor pago aos Profissionais da Educação Básica – R$2.310,00** (Creche, Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) **– não observa o Piso Salarial Nacional, R$2.886,24,** previsto no art. 5º da Lei Federal n. 11.738/2008 e atualizado pelo MEC em 12,84% para o exercício de 2020, sendo mantido em 2021.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

Recomendo ao atual Prefeito Municipal de Espera Feliz que adote providências no sentido de que seja respeitado o Piso Nacional da Educação Básica Nacional para o pagamento dos respectivos profissionais, objetivando o cumprimento da total Meta 18 do PNE.

- **Item 10 - Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)**

A Resolução n. 6/2016 aprovou a implementação do Índice de Efetividade de Gestão Municipal – IEGM no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O parágrafo único do art. 1º da citada Resolução dispõe que o *IEGM será composto pela combinação de informações levantadas a partir de questionários respondidos pelos Municípios, de dados governamentais e de dados do Sistema Informatizado de Contas Municipais – Sicom.*

O IEGM avaliou **a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em 7 (sete) grandes dimensões**: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

Após ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões – calculadas conforme metodologia única adotada nacionalmente –, registra a Unidade Técnica, à fl. 40 da peça n. 9, que o **Município de Espera Feliz** foi enquadrado na faixa **"B" – *"Efetiva"***, conforme a seguir demonstrado:

DIMENSÕES	NOTAS	NOTA PONDERADA
Meio Ambiente	C	**"B" – *Efetiva***
Cidades Protegidas	B+	
Educação	B	
Gestão Fiscal	B	
Planejamento	C+	
Governança em Tecnologia da Informação	B	
Saúde	B+	

- Legenda:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente efetiva	IEGM c/pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes c/ nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Ressalto que **os resultados dessa avaliação proporcionam múltiplas visões sobre a gestão municipal e servem de instrumento de aferição da eficiência e eficácia das políticas públicas,** consistindo em importante ferramenta disponível aos Prefeitos e Vereadores para subsidiar as ações de planejamento e tomadas de decisões.

Por fim, destaco que **o Município não apresentou evolução em relação ao exercício anterior,** eis que o resultado final do IEGM, evidenciado pela "Nota Ponderada", **se manteve em "B"** em 2021.

Objetivando resguardar o atendimento à disposição contida no art. 2º da Decisão Normativa n. 1/2010, no que concerne à apuração dos índices relativos à aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino nas ações de fiscalização deste Tribunal, ressalto que não foi realizada inspeção no Município no exercício em epígrafe, de acordo com os registros do Sistema de Gestão e Administração de Processo – SGAP.

III – CONCLUSÃO

Constatado o cumprimento das exigências constitucionais, nos termos da fundamentação, com fulcro no art. 45, inciso I, da Lei Complementar n. 102/2008 c/c art. 240, inciso I, do Regimento

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

Interno deste Tribunal, voto pela **emissão de parecer prévio pela aprovação das contas** relativas ao exercício de 2021, prestadas pelos Srs. Rômolo Quintão Donádio e Oziel Gomes da Silva, gestores da Prefeitura Municipal de Espera Feliz nos períodos de 1/1 a 30/6/21 e 01/7 a 31/12/2021, respectivamente.

Cientifique-se o atual Prefeito Municipal de que, caso persistam as impropriedades apuradas nos presentes autos, **recomendo** a adoção das seguintes providências:

1) Alerte os responsáveis pelo setor de Contabilidade para a necessidade de observância aos procedimentos especificados nos **Itens 1, 2, 3 e 4** bem como no **Item 5** da fundamentação;

2) Envide esforços para viabilizar as seguintes situações, em atendimento às exigências estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE instituído por meio da Lei Federal n. 13.005/2014:

- Universalização da Educação Infantil para as crianças de 4 a 5 anos de idade, objetivando o total cumprimento da Meta 1-A;
- Ampliação da oferta de Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 (três) anos de idade, objetivando atingir 50% dessa população até 2024, em atendimento ao disposto na Meta 1-B; e
- Implementação do Piso Nacional da Educação Básica Nacional para o pagamento dos respectivos Profissionais, objetivando o cumprimento da Meta 18.

Advirta-o de que a inobservância das referidas Metas poderá ter reflexo no parecer prévio a ser emitido por esta Corte em análises futuras.

Quanto aos dados remanescentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município constantes da Prestação de Contas Anual, estes devem ser disponibilizados à Diretoria de Controle Externo dos Municípios para fins de planejamento de auditorias e inspeções.

Finalmente, registro que a presente manifestação desta Corte não impede a apreciação futura de atos de ordenamento de despesa do mesmo exercício, em virtude da denúncia de irregularidades ou da ação fiscalizadora do Tribunal em inspeções ou auditorias, cujo resultado poderá ensejar alteração dos índices e limites constitucionais/legais apurados nestes autos.

Cumpridas as disposições regimentais e findos os procedimentos previstos, arquivem-se os autos.

CONSELHEIRO MAURI TORRES:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Também estou de acordo.

APROVADO O VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO O SUBPROCURADOR-GERAL DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES.)

* * * * *

dds

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO - CADEL

TRIBUNAL DE CONTAS
Fl. ____
MINAS GERAIS

Processo n. : 1120482

Data: 14/06/2023

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

(art. 154, da Resolução n. 12/2008)

Certifico que a deliberação de 09/05/2023, disponibilizada no Diário Oficial de Contas do dia 17/05/2023, transitou em julgado em 13/06/2023.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

Executor: G.P.M.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

Processo nº: 1120482

Data: 14/06/2023

CERTIDÃO

Certifico que o Sr. Oziel Gomes da Silva é o atual Prefeito do Município de Espera Feliz, conforme consulta ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, tornando-se desnecessária nova intimação para o atual gestor, conforme art. 167 da Resolução nº12/2008.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

GPM

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

Expediente n.: 234/2023

De: Coordenadoria de Pós-Deliberação

Para: Diretoria de Controle Externo dos Municípios

Ref: Processo n. 1120482

Em: 14/06/2023

Senhora Diretora,

Comunico a V. S.ª que na deliberação do dia 17/05/2023, no processo em epigrafe, há recomendações a essa Diretoria:

"que os dados remanescentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município constantes da Prestação de Contas Anual, sejam disponibilizados à essa Diretoria para fins de planejamento de auditorias e inspeções"

Atenciosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(*assinado eletronicamente*)

GPM

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Norma